

ICNF, IP	SAÍDA
DATA	
23-03-2015	
N.º	
17899	

S/ REFERÊNCIA DSR_LEIRIA 77/15
S/ DATA 06 de fevereiro de 2015
N/ REFERÊNCIA OF 17899/ DCNFC / DPAP /2015
N/ DATA 23 / 03 / 2015

Exmo Senhor
Chefe da Divisão Sub-Regional de Leiria da
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Centro
Rua da Cooperativa, 65
São Romão
2410-256 LEIRIA

ASSUNTO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA BATALHA Convocatória para 5ª Reunião da CA com vista à emissão de parecer final

Relativamente ao assunto em epígrafe e após análise da documentação relativa à Proposta de Plano remetida pela Câmara Municipal da Batalha através do Ofício Refª DOT-163 02.02.2015, com vista à realização da 5ª reunião da CA, tem-se a informar:

Carta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo

Na área abrangida pelo SIC PTCON0015 - Serras de Aire e Candeeiros, apenas deverão ser cartografados na Carta de Ordenamento na categoria de Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos, as Áreas de Exploração Consolidada licenciadas, devendo ser retiradas desta Planta as áreas de exploração que não cumprirem tal requisito, tal como acordado na reunião sectorial realizada em Novembro de 2014.

Carta de Ordenamento – Salvaguardas e Execução

Esta Carta apresenta cartografadas as áreas de Solo Urbanizado na categoria de Qualificação Operativa do Solo, e, fá-las corresponder no nº 8 do Artº 12º da Secção I do Capítulo IV – Solo Rural da proposta de Regulamento, às “áreas edificadas consolidadas” para efeitos de aplicação da legislação relativa à defesa da floresta contra incêndios através da seguinte norma *“No âmbito da aplicação da legislação relativa à defesa da floresta contra incêndios referida no número anterior, consideram-se como “áreas edificadas consolidadas” as áreas de solo urbano classificadas operativamente como solo urbanizado, e as áreas que venham a*



adquirir estatuto equivalente a solo urbanizado através de operações urbanísticas realizadas de acordo com as disposições do presente plano.”.

Não se aceita que sejam consideradas “áreas edificadas consolidadas”, de acordo com o conceito definido na alínea b) do Artº 3º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, em articulação com Decreto-Regulamentar nº 9/2009, de 29 de Maio, as “áreas que venham a adquirir estatuto equivalente a solo urbanizado através de operações urbanísticas realizadas de acordo com as disposições do presente plano.”.

Aceita-se que sejam consideradas “áreas edificadas consolidadas” as áreas classificadas operativamente como solo urbanizado na Carta de Ordenamento – Salvaguardas e Execução que correspondem às seguintes categorias de solo urbanizado na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo: Espaços Centrais, Espaços Residenciais Tipo I e II, Espaços de Atividades Económicas e Espaços de Uso Especial de Equipamentos.

Ainda no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, verificou-se, no cruzamento da proposta de Carta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo com as áreas classificadas com perigosidade de incêndio alta e muito alta constantes na Carta de Condicionantes – Carta 2-Recursos Ecológicos, Agrícolas e Florestais, situações em que a proposta de delimitação/ampliação de espaços onde se prevê/programa nova edificação se sobrepõe a áreas classificadas com perigosidade de incêndio alta e/ou muito alta. Em grande parte das situações trata-se de pequenas áreas marginais/periféricas, e, em alguns casos, pequenas zonas intersticiais classificadas com perigosidade alta/muito alta e envolvente já edificada:

- Em Solo Urbano, por exemplo, nos Espaços de Uso Especial de Equipamentos a NW e a SE do Espaço Residencial de Reguengo do Fetal, e, a Sul de Casal Centas, ou o Espaço Residencial Tipo II de Rio Seco, que constituem áreas já edificadas;
- Em Solo Rural, por exemplo, no Espaço de Ocupação Turística das Grutas da Moeda; nos Espaços Destinados a Equipamentos em Valinho/Cabecinho (já edificado) e em Barro (não edificado), ou, nas Áreas de Edificação Dispersa de Vale da Seta e Casal da Pedreira (pequenas zonas intersticiais com perigosidade alta e envolvente edificada);
- UOPG 7 – Zona Industrial de S. Mamede (não edificada).



Uma vez que a proposta de Plano apresenta propostas de áreas de edificação programada fora de áreas edificadas consolidadas, que se sobrepõem a áreas classificadas com perigosidade de incêndio alta e/ou muito alta, onde, de acordo com o nº 2 do Artº 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006, é interdita a edificação, o processo de planeamento deverá respeitar a interdição de construir em áreas que foram identificadas no PMDFCI, como possuindo um risco elevado ou muito elevado de incêndio, o que poderá ocorrer de duas formas:

- a) redelimitar as propostas de áreas de edificação programada no sentido de não se verificarem sobreposições com áreas classificadas com perigosidade de incêndio alta e/ou muito alta, e, concomitantemente, ser reformulada a proposta de Planta de Ordenamento;
- b) fazer consignar no regulamento do Plano uma condicionante à ocupação dessas áreas em função da futura revisão do grau de risco de incêndio.

A proposta de Regulamento apresenta no nº 7 do Artº 12º da Secção I do Capítulo IV – Solo Rural um normativo que, com algum ajuste, poderá satisfazer a forma apresentada em b). Esse ajuste a efectuar será referido mais à frente.

Cartas de Condicionantes

Ambas as Cartas de Condicionantes (Carta 1 e Carta 2) são de difícil leitura devido à grande quantidade de informação que integram. À semelhança da Carta 2, a Carta 1 deverá ter uma designação que identifique os aspectos cartografados.

Carta de Condicionantes – Carta 2-Recursos Ecológicos, Agrícolas e Florestais

Aspeto 1

A área integrada em Rede Natura 2000 não deverá estar incluída nos Recursos Agrícolas, mas sim, nos Recursos Ecológicos. Os Recursos Ecológicos constam na Carta 1, quando, deveriam estar constar na Carta 2 devido à designação desta.

Aspeto 2

A delimitação do Perímetro Florestal da Batalha está incorrecta no local denominado Covão da Carvalha, área já excluída do Regime Florestal Parcial pelo Decreto nº 49105, de 25.06.1969.



Aspeto 3

Esta Carta apenas inclui a rede de postos de vigia, devendo ser cartografadas as redes de defesa da floresta contra incêndios que constituem servidões e restrições de utilidade pública, nomeadamente a rede de pontos de água e a rede primária de faixas de gestão de combustíveis declarada de interesse público, se existir. Deverá ser completada a informação em falta.

Enquadramento da Rede Natura 2000 no âmbito da Revisão do PDM da Batalha

Este documento deverá denominar-se “Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000”.

O documento identifica os valores naturais de interesse comunitário que ocorrem na área abrangida pela Rede Natura 2000, assim como as orientações de gestão preconizadas no PSRN2000 para o SIC Serras de Aire e Candeeiros, e apresenta a regulamentação proposta para esta área classificada. Todavia, não demonstra que as normas propostas para ao uso, ocupação e utilização do solo associadas às categorias de espaço definidas na Planta de Ordenamento para as áreas integradas na Rede Natura 2000, apresentam compatibilidade com as orientações de gestão preconizadas no PSRN2000, promovendo ou não conflituando com a necessidade de conservação dos valores naturais presentes. Tal demonstração constitui um dos aspetos fundamentais a abordar no Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000.

Mais se tem a referir que a regulamentação proposta para além de incluir utilizações/ocupações suscetíveis de conduzir à degradação do mosaico de habitats de relevante valor ecológico, não define em concreto quais as atividades/ações que devem ser interditas e condicionadas por forma a promover a manutenção/melhoria do estado de conservação do mosaico de habitats e, bem assim, a sustentabilidade das espécies da fauna deles dependentes. Considera-se, portanto, que a regulamentação proposta não permite assegurar a manutenção de um estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário presentes no SIC Serras de Aire e Candeeiros.

Regulamento

Artº 4º

Inserir *item* para referência ao *Plano Setorial para a Rede Natura 2000*;

Inserir *item* para referência ao *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral*.



Artº 5º

Na alínea c), item ii) completar *“Regime Florestal Parcial – Perímetro Florestal da Batalha e Perímetro Florestal da Serra dos Candeeiros”*;

Inserir item *“Rede de Pontos de Água”*;

Inserir item *“Perigosidade de incêndio florestal”*;

Na alínea d), item ii) completar *“Rede Natura 2000 - SIC PTCON0015 - Serras de Aire e Candeeiros”*.

Artº 12º

Nº 7 - Alterar redação para *“Cumulativamente com todos os outros condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis, a edificabilidade admissível nos termos do presente Plano fora das áreas edificadas consolidadas (cujo zonamento consta da Carta de Ordenamento Salvaguardas e Execução), só pode ser viabilizada caso simultaneamente cumpra os condicionalismos legais relativos à proteção do risco de incêndio, sendo proibida nos terrenos classificados com perigosidade de incêndio alta ou muito alta na Carta de Zonamento - Salvaguardas e Execução e restringindo-se aos prédios cuja área e configuração garantam que a distância entre o perímetro exterior das componentes edificadas, incluindo anexos e alpendres, e as extremas dos mesmos cumpre os valores mínimos estabelecidos na lei ou, quando aplicável nos termos desta, no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”*.

Nº8 - Alterar redação para *“No âmbito da aplicação da legislação relativa à defesa da floresta contra incêndios referida no número anterior, consideram-se como 'áreas edificadas consolidadas' as áreas de solo urbano classificadas operativamente como solo urbanizado na Carta de Ordenamento - Salvaguardas e Execução”*.

Artº 15º

Inserido novo item com a seguinte redação *“Qualquer alteração de uso, ocupação ou utilização na área integrada no SIC Serras de Aire e Candeeiros fica sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000”*.



Artº 16º

Uma vez que o PMDFCI da Batalha já terminou a sua vigência, deverão ser efetuadas alterações nos parâmetros de edificabilidade apresentados no Quadro 1, nomeadamente no que se refere à dimensão mínima da parcela, de forma que o regime previsto em todos os usos permita dar cumprimento ao disposto no nº 3 do Artº 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Artº 19º

Deverão ser efetuadas as alterações referidas para o Artº 16º.

Artº 21º

Nº 3 - O articulado limita-se a transcrever algumas das orientações preconizadas no PSRN2000 para a gestão do mosaico de habitats com vista à manutenção/melhoria do seu estado de conservação e à promoção da sustentabilidade das espécies da fauna deles dependente, não definindo em concreto quais as atividades/ações que devem ser interditas e condicionadas por forma a atingir o objetivo atrás enunciado, pelo que se considera que este articulado não permite assegurar a manutenção de um estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário presentes no SIC Serras de Aire e Candeeiros.

Considerando o atrás exposto, deverá ser inserido um novo item com a seguinte redação *"Qualquer alteração de uso, ocupação ou utilização na área integrada no SIC Serras de Aire e Candeeiros fica sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000"*

Não existe Nº 4.

Não se concorda com o Nº 5 e o Nº 6.

Artº 22º

Nas Áreas Florestais de Conservação integradas no SIC Serras de Aire e Candeeiros a expansão urbana deve ser fortemente condicionada face à relevância dos valores naturais de interesse comunitário presentes, ao qual acresce o facto do Perímetro Florestal da Batalha constituir uma *área non aedificandi*. Assim, a edificabilidade deve ser restringida a edifícios de apoio às atividades florestais e deve, em matéria de localização, ficar sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000. Os parâmetros de



edificabilidade apresentados no Quadro 3 relativamente aos edifícios de apoio às atividades florestais, nomeadamente no que se refere à dimensão mínima da parcela, devem ser alterados de forma a permitir dar cumprimento ao disposto no nº 3 do Artº 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Artº 25º

Deverão ser efetuadas as alterações referidas para o Artº 16º.

Artº 27º

Inserir novo item com a seguinte redação " *Qualquer alteração do uso, ocupação ou utilização na área integrada no SIC Serras de Aire e Candeeiros fica sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000*".

Artº 29º

Não se concorda com o Nº 3, por se considerar que nas Áreas Naturais Tipo II integradas no SIC Serras de Aire e Candeeiros a expansão urbana deve ser fortemente condicionada face à relevância dos valores naturais de interesse comunitário presentes, ao qual acresce o facto do Perímetro Florestal da Serra dos Candeeiros constituir uma área *non aedificandi*.

Inserir novo item com a seguinte redação " *Qualquer alteração do uso, ocupação ou utilização na área integrada no SIC Serras de Aire e Candeeiros fica sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000*".

Artº 30º

Não se concorda com este articulado, por se considerar que nas Áreas Naturais Tipo II integradas no SIC Serras de Aire e Candeeiros a expansão urbana deve ser fortemente condicionada face à relevância dos valores naturais de interesse comunitário presentes, ao qual acresce o facto do Perímetro Florestal da Serra dos Candeeiros constituir uma área *non aedificandi*.

Artº 32º

Inserir novo item "As ocupações e utilizações previstas nos Nº 1 e Nº 2 na área do Perímetro Florestal da Batalha ficam sujeitas a autorização prévia da entidade com atribuições legais sobre as áreas submetidas a Regime Florestal".

Artº 34º

Deverá ser incluído novo item com a seguinte redação: "Na área do Perímetro Florestal da Batalha, a expansão das áreas de exploração de recursos geológicos existentes, bem como a edificabilidade associada, ficam sujeitas a autorização prévia da entidade com atribuições legais sobre as áreas submetidas a Regime Florestal."

Artº 49º

À semelhança do Nº 7 do Artº 12º, e porque em solo urbano também existem áreas vocacionadas para a edificação fora de 'Áreas edificadas consolidadas', deve ser inserido um item com a seguinte redação "Cumulativamente com todos os outros condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis, a edificabilidade admissível nos termos do presente Plano fora das áreas edificadas consolidadas (cujo zonamento consta da Carta de Ordenamento Salvaguardas e Execução), só pode ser viabilizada caso simultaneamente cumpra os condicionalismos legais relativos à proteção do risco de incêndio, sendo proibida nos terrenos classificados com perigosidade de incêndio alta ou muito alta na Carta de Zonamento - Salvaguardas e Execução e restringindo-se aos prédios cuja área e configuração garantam que a distância entre o perímetro exterior das componentes edificadas, incluindo anexos e alpendres, e as extremas dos mesmos cumpre os valores mínimos estabelecidos na lei ou, quando aplicável nos termos desta, no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios".

Artº 98º

Relativamente às UOPG 1, 2, 3 e 7, por se tratar de polígonos industriais inseridos ou confinantes com espaços florestais, deve ficar expressamente referido no regulamento que " A UOPG deverá salvaguardar uma faixa de proteção com largura não inferior a 100 metros para o interior do polígono da Área de Localização Empresarial/Zona Industrial, cumprindo o disposto no nº 3 do Artº 16º, em articulação com o nº 11 do Artº 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro".



Relativamente à UOPG 7 - Zona Industrial de São Mamede, para além do atrás referido, deve, igualmente ficar expressamente referido no regulamento que *"A edificação é interdita nos terrenos classificados com perigosidade de incêndio alta ou muito alta na Carta de Zonamento - Salvaguardas e Execução, ficando a sua ocupação futura dependente de revisão do grau de risco de incêndio"*.

Relatório Ambiental

Relativamente ao Programa de Gestão e Monitorização Ambiental (ponto 9.), quer no que se refere aos indicadores de seguimento (Quadro 44) estabelecidos para o critério Incêndios do FCD Recursos Naturais e Tecnológicos, bem como para os critérios Biodiversidade e Florestas do FCD Recursos Naturais, o ICNF é indicado como "Fonte" de fornecimento de informação/dados que permita realizar a análise e avaliação dos efeitos da implementação do Plano Diretor Municipal. O ICNF discorda da proposta de Programa de Gestão e Monitorização Ambiental apresentada uma vez que não pode vincular-se como "Fonte" de informação para o cálculo dos indicadores de seguimento, por não ser possível garantir o desenvolvimento dos trabalhos necessários à obtenção de tais dados/informação. Neste contexto, o Quadro 44 deve ser reformulado no sentido de não imputar tal responsabilidade/compromisso ao ICNF.

Em conclusão, o ICNF emite parecer favorável condicionado à realização das alterações referidas.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos,


Maria da Paz Moura

(Nomeação em regime de substituição – Despacho nº 344/2013, alínea m),
de 11 de Fevereiro, publicado no DR, 2ª Série, nº 29)